

32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27 A 31 OUTUBRO DE 2008, CAXAMBÚ, MG

GT 28: PARTIDOS E SISTEMAS PARTIIDÁRIOS

A POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL

Ledir de Paula Pereira¹

Programa de Pós-graduação em Ciência Política – PPGCP

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

¹ Licenciado em Ciências Sociais pelo IFCH/UFRGS, Mestre em Ciência Política e Doutorando em Ciência Política pelo PPG de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

ABSTRACT

The Political Polarization in Rio Grande do Sul

This study analyzes the political polarization in Rio Grande do Sul, initially structured, on political factions, then on biparty politics and finally on multiparty politics. The latter came about by the formation of blocs of ideologically similar parties. This polarization initially happened between liberals and caramurus (PL and PC), then between federalists and republicans (PF and PRR), later between PSD/UDN and PTB and, finally, between PMDB and PT. The polarization has, simultaneously, a circular and linear form. Its longevity comes from a process of structuring, breakdown, restructuring, reordering and consolidation, and so on successively. Therefore, it changes in order to continue on. It's vitality is based upon a structural factor – that which is permanent - and a contextual factor – that which is changes from time to time. As such, the political polarization between rival factions or parties is one of the characteristics of politics in Rio Grande do Sul.

Key Words: Political Polarization, Parties, System, Process, Rural Vote versus Urban Vote.

RÉSUMÉ

La Polarisation Politique dans le Rio Grande do Sul

Cette étude est une analyse de la polarisation politique dans le Rio Grande do Sul, initialement structurée en factions politiques, ensuite en un système bipartisan et finalement en un système multipartisan. Ce dernier formé de blocs de partis idéologiquement alignés. Au début cela s'est produit entre les libéraux et les caramurus (PL et PC), ensuite entre les fédéralistes et les républicains (PF e PRR), plus tard entre le PSD/UDN et le PTB et pour finir entre le PMDB et le PT. La polarisation a en même temps une forme circulaire et une forme linéaire. Sa longévité est le résultat d'un processus de structuration, épuisement, restructuration, réalignement et consolidation, et ainsi. Le changement se fait donc pour que la polarisation puisse perdure. La vitalité de la polarisation s'appuie sur un facteur structuel – permanent – et sur un facteur conjoncturel – qui change de période en période. Ainsi, la polarisation politique entre factions ou partis rivaux est une des caractéristiques de la politique du Rio Grande do Sul.

Mots-clés: polarisation politique, partis, système, processus, vote rural contre vote urbain.

RESUMO

A Polarização Política no Rio Grande do Sul

Este estudo analisa a polarização política no Rio Grande do Sul, estruturada inicialmente, sobre facções políticas, em seguida sobre um sistema bipartidário e por último sobre um sistema multipartidário. Esse formado por blocos de partidos ideologicamente alinhados. Inicialmente ocorreu entre liberais e caramurus (PL e PC), em seguida entre federalistas e republicanos (PF e PRR), mais tarde entre (PSD/UDN e PTB) e por último entre (PMDB e PT). A polarização tem forma, ao mesmo tempo, circular e linear. Sua longevidade provém de um processo de estruturação, esgotamento, reestruturação, realinhamento e consolidação, e assim sucessivamente. Portanto, muda para permanecer. Sua vitalidade está assentada sobre um fator estrutural – permanente – e um fator conjuntural – que muda de período em período. Assim, a polarização política entre facções ou partidos rivais é uma das características da política do Rio Grande do Sul.

Palavra-chave: Polarização Política, Partidos, Sistema, Processo, Voto Rural versus Voto Urbano.

Uma das características da política do Rio Grande do Sul que a singulariza em relação a dos demais estados brasileiros é a polarização política entre facções, partidos ou blocos de partidos. Resultou inicialmente do povoamento tardio do território, da formação da sociedade gaúcha, da produção para o mercado interno, da origem geográfica e das doutrinas que embasaram as cisões e rivalidades das forças políticas ao longo da história do Estado. Estas foram às bases materiais e ideológicas que consubstanciaram a população na “formatação” da tradição, do comportamento ou do padrão político-partidário-eleitoral rio-grandense, sob o qual as facções polarizaram e polarizam politicamente o Rio Grande até os dias atuais.

A ocupação tardia possibilitou que o Rio Grande fosse visto como um território de menor importância dentro do contexto da colônia portuguesa; os acampamentos militares deram a característica de sociedade pronta para a guerra (solução pelo conflito); o contato com a cultura política platina possibilitou a entrada das idéias liberais no Rio Grande e a característica econômica possibilitou que o Rio Grande fosse tratado como território subsidiário, tendo em vista a lógica econômica colonial, de produção para exportação.

Em termos políticos, a polarização teve origem na formação das facções políticas gaúchas – após a Independência – período em que as forças cindiram-se, ficando de um lado os liberais, que inicialmente fizeram oposição ao centralismo monárquico, em seguida declaram-se federalistas e

republicanos; e de outro, a facção opositora, defendendo o centralismo imperial, a serviço e com objetivo de congregar a elite local em torno das instituições monárquicas. Os liberais eram formados basicamente pelos estancieiros e charqueadores da região sul e os caramurus pelo “estamento burocrático” na região litorânea da Província.

A análise tem como referência teórica o estudo desenvolvido por Trindade e Noll (2004), para quem o Rio Grande é marcado pela influência da cultura política platina, com estabilidade e coerência de seus padrões eleitorais e valorização consistente dos partidos políticos onde digladiavam-se, desde o século passado, “federales” e “unitários” na Argentina e “blancos” e “colorados” no Uruguai”. E o estudo de Baquero e Prá (2007) para quem a cultura política² é vista ao mesmo tempo como causa e consequência do funcionamento do sistema político e resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas, que além de estáveis, se tornam vivas e atuantes ao longo do tempo, a menos que grandes rupturas históricas forcem os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais.

Além desses, aceitamos a idéia de que “as instituições contam”, que “os atores contam” e que fatores históricos contribuem para a formatação e o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamento em relação à política, contribuindo na formação de conceitos, ideologias, opiniões e personalidade política. Isso entendido a partir do pressuposto de Baquero e Prá (2007), de que a cultura política é produto tanto da história coletiva do sistema político como da história de vida dos membros desse sistema. Assim, o padrão político-partidário-eleitoral rio-grandense está relacionado – historicamente – à percepção, às atitudes e ao comportamento tanto da elite como do povo gaúcho. Além da idéia de que as opções que os atores fazem (partidos e eleitores) são “racionais” dentro de um leque de possibilidades que lhes são oferecidas pelo sistema social, econômico e político de cada povo.

A idéia central deste estudo é a de que ao longo da história política rio-grandense, a polarização desenvolveu-se, ao mesmo tempo, de forma circular e linear. Ou seja, surgiu na formação das facções políticas, sofrendo um permanente processo de reestruturação, realinhamento, consolidação e esgotamento. Logo, ao mesmo tempo, muda e permanece. Sua longevidade está

² De acordo com Baquero e Prá (2007), “... cultura política pode ser definida como o conjunto de crenças e valores que os cidadãos incorporam ao longo do tempo, e sua capacidade de adaptar esses comportamentos numa perspectiva racional (não-racionalista) para alcançar determinados objetivos ou aprender a sobreviver politicamente em condições materiais adversa”.

assentada sobre um fator estrutural, relacionado às questões de diferenças geográficas, sociais, econômicas, ideológicas e partidárias³ das facções rivais; e um fator conjuntural, relacionado a um fenômeno político específico de cada eleição ou período. Assim, o padrão político-partidário-eleitoral e a polarização política, a cada período, influenciaram ou são influenciados por um fator conjuntural (novo) e um estrutural (permanente), através de uma relação dialógica e recíproca, sem que um suprima completamente o outro.

O objeto deste estudo é especificamente as eleições majoritárias. Todavia uma análise sobre as eleições proporcionais poderá caracterizar nitidamente a polarização. Por outro lado, foram desconsiderados os dados eleitorais para prefeito e vereadores, tendo em vista tratar-se de eleição influenciada ou condicionada por conjuntura local. Os dados relativos à cadeira de senador, mesmo que a eleição seja disputada de forma majoritária, os resultados muitas vezes não refletiram nitidamente a polarização objeto da análise, tendo em vista que em algumas eleições os partidos apresentaram candidatos em alianças entre blocos de partidos, além da dupla opção dada ao eleitor.

No período monárquico⁴ e republicano serão analisados a origem geográfica, a atividade econômica, a filiação doutrinária e os partidos políticos das facções. Serão desconsiderados os dados eleitorais⁵ tendo em vista as distorções a que estavam sujeitas as eleições nesses períodos. A partir de 1930, com a ampliação da participação política e o surgimento do pluripartidarismo, serão analisados, além desses, os dados eleitorais, os partidos e os blocos de partidos.

O liberalismo foi à doutrina que embasou grande parte da elite política e do povo rio-grandense. Conforme Pereira (2006), a condição de acampamento militar e fronteira móvel, contribuiu para a entrada do liberalismo no Rio Grande, doutrina que embasou grande parte da elite estancieira e charqueadora – hegemônica social, política e economicamente na Província. A sua propagação no território rio-grandense teve como ponto de irradiação as lojas maçônicas, organizadas por Francisco Xavier Ferreira, em 1820, e o Decreto da Corte de Lisboa criando as juntas governativas nas províncias, possibilitando que essas idéias chegassem aos militares menos autoritários, ao clero e as camadas populares. Eram idéias vindas da Europa que estimularam os

³ Os partidos que polarizaram no Rio Grande foram: PL e PC no período imperial; PRR e PF na Primeira República; PTB e PSD no período populista; MDB e ARENA durante o regime militar; e PT e PMDB na Nova República.

⁴ Este estudo está dividido em períodos com características políticas distintas, já consagrados pela historiografia, como: Monárquico (1822-1889), República Velha (1889-1930), Governo Vargas (1930-1945), Populista Democrático (1945-1964), Regime Militar (1964-1984) e Democrático (1985-2006).

⁵ De acordo com Trindade e Noll (2004), “... dois mecanismos de falsificação eleitoral presente na República Velha inviabilizavam qualquer lei que pudesse favorecer as minorias: o bico-de-pena (praticado nas mesas eleitorais na apuração, riscando ou acrescentando nomes) e a degola (praticada nas Câmaras Legislativas e que consistia em não reconhecer a eleição daqueles que não eram vinculados às oligarquias no poder nos Estados)”.

movimentos de independência das colônias americanas, a luta contra a centralização política e o absolutismo luso e imperial.

Um dos marcos da presença do liberalismo no Rio Grande foi o “dia do fico” (09/01/1822), que estimulou liberais a manifestarem-se a favor de D. Pedro I e da emancipação política imediata, contra os absolutistas contrários a emancipação” (Pereira, 2006, p. 63). Com a outorga da Constituição, em 1824, instituindo a centralização político-administrativa no Brasil, os liberais rio-grandenses rebelaram-se e passaram a contestar a centralização política imperial, formando um núcleo de oposição ao império no Rio Grande. Todavia, esta divisão só ficou nítida com a abdicação de D. Pedro I em 1831, em que lutaram de um lado os Caramurus e de outro os Farroupilhas⁶. Aqueles defendiam a centralização político-administrativa e a Constituição de 1824; e estes, o poder administrativo das províncias e a liberdade de propriedade. Estava definitivamente cindida a elite e a sociedade rio-grandense, dando início ao processo de polarização política que iria caracterizá-la até os dias atuais.

Durante o império, a polarização oscilou ora para mais nítida ora para mais difusa, entre PL (Partido Liberal) e PC (Partido Conservador). Isso ocorreu em virtude da polarização ter “dialogado” com as conjunturas do momento. A Revolução Farroupilha foi o primeiro evento a dialogar com a polarização, congregando a elite liberal⁷, contra os caramurus⁸. Ela possibilitou a união da elite estancieira e charqueadora, defensora da descentralização político-administrativa, contra os burocratas da Província, defensores do centralismo imperial. Esse foi um período de intensa luta política no Rio Grande.

Com a paz de Ponche Verde, em 1845 – e os liberais enfraquecidos – a polarização política arrefeceu no Rio Grande, mas por pouco tempo. Em 1848, com a formação do PC, acirram-se novamente os ânimos e rearticula-se o PL. Em 1852, em face da guerra contra Oribe e Rosas, novamente a polarização arrefeceu, resultando na fusão ente PC e PL, originando a Liga. Mas como “idéias não são metais que se fundem”, parte dos liberais abriu dissidência e fundou a Contra-Liga,

⁶ De acordo Lopez (1992), “De um lado, havia os unitaristas e lusitanistas, restauradores e adeptos do centralismo monárquico, apelidados de caramurus. De outro, existiam os liberais, repartidos em uma facção moderada e uma facção exaltada, sendo que, nesta última, estavam os federalistas e inclusive uma minoria republicana”.

⁷ Conforme Trindade e Noll (2004) “Os liberais (...) dominavam numa zona de economia tradicional pecuário-charqueadora (...) e mais ao norte onde a mão-de-obra escrava não era fundamental e a ocupação territorial mais recente”.

⁸ De acordo com Franco (2004) “No ano de 1835, antes da sedição de 20 de setembro, o governo do Presidente Fernandes Braga contava com maioria, embora escassa. Entre os 28 deputados, talvez 11 (...) pudesse considera-se de oposição...”.

desta surgindo o PLP (Partido Liberal Progressista), que polarizou politicamente com a Liga, “mas sem muita ênfase”, até o início da década de 1860.

Este processo de conciliação e concórdia possibilitou o surgimento de um liberalismo radical no Rio Grande, culminando na fundação do PLH (Partido Liberal Histórico)⁹, que iria tornar-se majoritário, a partir de 1873, chegando ao final do período com maioria esmagadora na Assembléia Provincial¹⁰. Era o resultado da tentativa de conciliação entre forças políticas irreconciliáveis, marcadas por diferenças doutrinárias, geográficas e econômicas. Estas dialogaram com as dissidências e fusões, possibilitando a reestruturação e o realinhamento das forças políticas na Província.

Este período foi caracterizado, segundo Piccolo (1974), pela latência de dois sentimentos que dividiu as facções políticas do período, o do espírito liberal, inconformista por natureza, versus o do espírito conservador, conformista por tradição. Portanto, nesse período, a polarização estava estruturada sobre facções congregadas em partidos distintos, com diferenças de ordem geográfica, social, econômica e doutrinária, estas em relação de reciprocidade com as dissidências e fusões.

Após o movimento republicano farroupilha (1835-1845), a propaganda republicana no Rio Grande ressurgiu em 1868, em seguida arrefeceu, ressurgindo em 1878. Na Assembléia Provincial ressurgiu na comemoração do 41º aniversário da abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1872. Entretanto, foi somente em 1877 que ingressam na Assembléia Provincial dois deputados republicanos¹¹, eleitos pelo PL. Em 1872, segundo Love (1975), o Partido Liberal tomou o controle da Assembléia Provincial, permanecendo a força dominante no Rio Grande até 1889. O PRR só iria ser fundado na Província em 1882. Isso ocorreu, conforme Piccolo (1974), quando o PL firma-se, numa posição conservadora, dando margem a que o PRR ocupasse a posição de partido reformista. Era a polarização política gaúcha em fase de “esgotamento”, entrando em processo de reestruturação e realinhamento.

PRR e PL tinham características distintas. O PL professava o liberalismo e o parlamentarismo, tinha sua força política oriunda da região latifundiária, pastoril e charqueadora do

⁹ Conforme Piccolo (1974), “... a entrada dos liberais históricos no cenário político rio-grandense foi marcante: A Assembléia mostra um aspecto novo, que ninguém lhe conheceu nestes últimos dez anos, depois da liga de 1852. Até aqui eram grupos, propriamente facções compostas por homens com crenças diferentes, unidos a favor ou contra uma administração, ou ligados por interesses comuns de predomínio e influência local”.

¹⁰ De acordo com Franco (2004), “na 22ª e 23ª legislatura a bancada conservadora cresceu um pouco, mas não ao ponto de comprometer a vantagem da maioria liberal”. Na realidade os conservadores elegeram, entre 1881 e 1889, 5 e os liberais 21 deputados para a Assembléia Geral.

¹¹ Estes eram Francisco Xavier da Cunha e Ramiro Fortes de Barcelos. Juntou-se a esses, em 1881, Wenceslau Escobar todos eleitos pelo Partido Liberal.

sul do Estado. O PRR, conforme Pinto (1986) tinham características distintas da elite política da época, eram jovens, com instrução superior e sem experiência partidária anterior. Não dividiam com os demais partidos republicanos e monárquicos a doutrina liberal como base de sua luta, mas declaravam-se positivistas. Eram em sua maioria proveniente da região norte do Estado, de ocupação recente e mais pobre que a campanha. Defendiam como sistema de governo o presidencialismo ditatorial. Ambos tinham em comum o apego doutrinário, a coesão, a disciplina, a intransigência e liderança de seus chefes.

O advento da República e as mudanças econômicas e sociais que ocorriam no Rio Grande possibilitaram a substituição do PL pelo PRR no comando político da Província, tornando-o hegemônico por mais de quarenta anos, com o custo de duas revoluções¹². Em face da hegemonia do PL no Rio Grande até 1889, o PRR utilizou, de acordo com Trindade e Noll (2004), além de um regime político autoritário e militar de base estatal, um aparato partidário autoritário-positivista que consegue, até a década de 40, impor as bases políticas e econômicas de sua dominação na região nordeste do Estado que se torna, pouco a pouco, o pólo modernizador da economia. A região norte, além do grande crescimento populacional (tabela 1), passou a concentrar as indústrias, grandes fontes de energias e a agricultura moderna de exportação.

Tabela 1. Crescimento Populacional das Regiões e do RGS, entre 1890 e 1920

Região	População em 1890	População em 1920	% Crescimento
Serra	375039	1088410	190.2
Campanha	224195	436594	94.7
Litoral	298221	657709	120.5
Estado	897455	2182713	143.2

Fonte: Love, 1975, o Regionalismo Gaúcho, p. 138.

A importância econômica e social da região norte do Estado, durante a República Velha, está relacionada à força política do PRR, ao passo que a importância econômica e social da campanha, durante o império, estava relacionada à força política do PL. Ou seja, com o advento da República, na medida que o PL perdeu o poder político no Rio Grande, a região também perdeu em desenvolvimento econômico e social. A polarização política observada no período, entre PL e PC, ressurgiu na República entre PRR e PF, assentada sobre uma nova base sócio-econômica, geográfica

¹² De acordo com Trindade e Noll (2004), “O largo período de dominação do PRR não se fez sem conflito. Duas guerras civis (1893 e 1923), atritos constantes, eleições tumultuadas, assassinatos, fraudes são os ingredientes de nossa história política”.

e ideológica, peculiar ao Rio Grande no período¹³. Era a polarização política gaúcha em processo de reestruturação, realinhamento e consolidação.

A derrota federalista na Revolução de 1893-1895 possibilitou que Castilhos estruturasse e consolidasse sua máquina político-administrativa no Rio Grande. Isso fez com que mesmo que a oposição continuasse como força econômica, social e ideológica dominante não obtivesse espaço de participação, representação e poder político. Conforme Trindade e Noll (2004), somente em 1913 os federalistas elegem representante na Assembléia. Era um federalista contra trinta e um republicanos. Todavia, a oposição era reforçada por freqüentes dissidências republicanas.

O reforço de dissidentes republicanos à oposição possibilitou o lançamento de Fernando Abbott a presidente do Estado em 1907 contra o republicano Carlos Barbosa Gonçalves, que venceu a eleição para o período 1908-1913. A oposição apesar de derrotada, enfraquecida e desarticulada está dando sinal de que a qualquer momento pode ressurgir. O problema é que, a partir desse momento, já tem que enfrentar a segunda geração de republicanos¹⁴ no Estado, dentre eles Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra entre outros.

A legitimação ao processo político-eleitoral gaúcho, ocorrida em 1907, possibilitou que o Rio Grande adentrasse num processo de “pacificação”. Mesmo que o poder político estivesse com a elite minoritária, vinda da região menos importante do Estado e professasse o positivismo – doutrina estranha a tradição rio-grandense; frente à elite hegemônica econômica, social e ideológica vinda da região mais rica. Isso vai refletir na Eleição de 25 de novembro de 1912 quando Borges de Medeiros retorna ao poder no Estado, sem competidor.

Entretanto, é na 7ª legislatura (1913-1916), que coincide com grande parte do 3º mandato de Borges de Medeiros (1913-1917) na presidência do Estado, que começam a transparecer, nos anais da Assembléia, as primeiras manifestações do ressurgimento organizado da oposição cujas vozes se exprimem através do PF (tabela 2). Era o início do processo de legitimação, crescimento e fortalecimento da oposição, possibilitando o ressurgimento da polarização política gaúcha em base institucionais no Rio Grande.

¹³ A peculiaridade política gaúcha na República Velha diz respeito a existência de dois partidos (PF e PRR), diferentemente do sistema político nacional regido por um regime monolítico de partido único.

¹⁴ A Geração de 1907 “... era um grupo de jovens politicamente ambiciosos, em vias de concluir os cursos nas novas faculdades de Porto Alegre, juntou-se a batalha, a favor de Barbosa Gonçalves, de longe o favorito. Autocognominando-se Bloco Acadêmico Castilhista, organizaram-se em abril de 1907 no propósito expresso de lutar pelo candidato do PRR” (LOVE, 1975, p. 90).

Tabela 2. Representação da Oposição na Assembléia dos Representantes do RGS entre 1913 e 1929

Legislatura	Ano	Nº de Representantes
7 ^a	1913	1
8 ^a	1917	2
9 ^a	1921	3
10 ^a	1925	4
11 ^a	1929	7

Fonte: Trindade e Noll, 2004, Estatísticas Eleitorais do Rio Grande da América do Sul, 1823/2002, p. 62.

À conjuntura do após guerra¹⁵ associa-se à conjuntura eleitoral de 1922, para presidente da República, em que o PRR abre dissidência na cúpula oligárquica (Reação Republicana), apoiando Nilo Peçanha contra Artur Bernardes. Os federalistas apóiam este, deixando o governo gaúcho na oposição ao governo central. E isso, tendo em vista a tradição e a lógica da política dos governadores, deu segurança à oposição federalista/liberal que desafia eleitoralmente o PRR, sem êxito declara guerra ao governo. Agora, a oposição unida¹⁶ e fortalecida luta contra o situacionismo, que não conta com o apoio do governo federal como em 1893. Com isso, Bernardes aproveita e proporciona acordo de paz que enfraquece o PRR e fortalece a oposição. Era a polarização política gaúcha dialogando com a conjuntura nacional e fortalecendo-se.

O acordo de Paz de Pedras Altas arrefeceu a polarização política no Rio Grande. Isso possibilitou que Getúlio Vargas fosse candidato ao governo gaúcho em 1928 sem competidor e adotasse uma política de conciliação com a oposição liberal/federalista, o que possibilitou a união das facções rio-grandense à eleição do presidente da República em 1930. Com isso, a polarização política só iria ser visível novamente em 1932, em face da conjuntura da Revolução Constitucionalista, em que as facções voltam a cindir-se. Era a polarização política gaúcha em novo processo de esgotamento, reestruturação e realinhamento.

A Revolução de 1930, assim, foi o episódio que dialogou negativamente com a polarização política gaúcha. Ela é resultante do processo de convergência entre republicanos e libertadores oriundo do acordo de Paz de Pedras Altas, após cerca de 40 anos de luta e cisão. O fator que dialogou positivamente com a polarização, possibilitando nova reestruturação e realinhamento, foi a

¹⁵ Logo após a Primeira Guerra mundial houve à retração nas exportações gaúchas, prejudicando a indústria de carnes e derivados, que já vinha sofrendo com a concorrência dos produtos similares platinos. Isso, além de ampliar o descontentamento dos produtores, inquieta a classe operária que passe a reivindicar apoio do governo. É o esgotamento do sistema político castilhistas/borgistas, dando alento à oposição liberal/federalista gaúcha.

¹⁶ Na eleição de 1922 a oposição concorre unida contra o 5º mandato de Borges de Medeiros. As forças políticas eram: os federalistas, os democratas e os dissidentes republicanos, contra o PRR.

Revolução Constitucionalista de 1932¹⁷. Esta cindiu novamente as forças políticas, sendo que parte ficou ao lado do Governo Provisório, e parte, apoiou o movimento paulista. Esta cisão colocou de um lado PRR e PL (Partido Libertador) e de outro agentes políticos ligados à máquina administrativa e apoiadores da política de Vargas, sob a liderança de Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. Estes fundaram o PRL (Partido Republicano Liberal), que iria polarizar com o PRR e PL o Rio Grande até o golpe do Estado Novo, em 1937.

Entre 1932-1937 ocorreu no Rio Grande a hegemonia política do PRL embasada no expurgo da oposição¹⁸ e na utilização da máquina administrativa por Flores da Cunha. Isso possibilitou, na eleição de 1933, conforme Trindade e Noll (2004), que o PRL obtivesse 13 das 16 cadeiras que cabiam ao Rio Grande na Constituinte Federal, sendo derrotado apenas em cinco dos 82 municípios do Estado. Ou seja, o PRL venceu em cerca de 94% dos municípios gaúchos, obtendo cerca de 81% das cadeiras.

Em 1934, a realidade não se altera substancialmente em relação a 1933. Das 20 cadeiras destinadas ao Rio Grande na Câmara Federal o PRL obteve 13; e PRR e PL, as 7 restantes. Para a Constituinte Estadual o PRL obteve 21 e PRR e PL as 11 restantes. Ou seja, para Câmara Federal dos 81% dos assentos obtidos em 1933, o PRL obteve 65%, em 1934. Para a Assembléia Constituinte Estadual os percentuais equivaleram aos obtidos por ambas forças para Câmara Federal. Como tradicionalmente ocorria desde a Primeira República, o PRL, “herdeiro de parte do PRR”, mantém-se hegemônico na região norte do Estado, deslocando o tradicional PRR, agora aliado ao PL, para a região da campanha e alguns centros urbanizados.

As duas eleições estaduais ocorridas neste período podem ser consideradas de transição para o período seguinte. Mas foi, “senão polarizadas”, pelo menos com oligarquias políticas cindidas, com predomínio do PRL. A melhor performance da oposição provinha da região sul e do governo da região norte do Estado. A Revolução Constitucionalista de 1932 deu início a um novo processo de reestruturação e realinhamento das facções gaúchas, abortado pelo golpe do Estado Novo. A nova configuração do sistema político-partidário-eleitoral gaúcho e da polarização está associada ao

¹⁷ Após a distensão de 1923, a aproximação de 1828 e a união entre facções gaúchas em 1930, o primeiro episódio que gerou crise e cisão entre as facções gaúcha foi “... a Revolução Constitucionalista de 1932, que dividirá a FUG entre os que apóiam os paulistas (as vezes não abertamente), defendendo a imediata constitucionalização do processo, e os que apóiam o Governo Provisório, entendendo, com Getúlio, que a Revolução Paulista seria uma tentativa de restauração da hegemonia das forças alijadas do poder pela Revolução de 30” (CÁNEPA, 2005, P. 98).

¹⁸ Em 1933 os principais líderes oposicionistas dentre eles Borges de Medeiros, Raul Pilla, João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor estavam fora do Estado, presos ou no exílio.

esgotamento do sistema político oligárquico, à crise do sistema de produção monocultural para exportação e ao surgimento da industrialização e do operariado.

O golpe de 1937 introduziu uma espécie de “pausa institucional” no sistema partidário e na polarização política rio-grandense. Todavia, não suprimiu as facções nem o facciosismo latente no interior da sociedade gaúcha. Ao contrário, acentuou e cristalizou a cisão entre as facções, colocando de um lado os perseguidos, expurgados e alijados do processo político no período; e de outro os apoiadores do golpe, da política de Vargas e alojados na burocracia do Estado. O golpe fez com que aliados tradicionais do presidente, como Borges de Medeiros e Flores da Cunha – que já estavam lhe fazendo oposição – assumissem postura oposicionista radical e de enfrentamento a Vargas, resultando na adesão em 1945 a UDN, partido inimigo de Vargas e do varguismo.

Com a abertura política em 1945, ressurgiu um novo sistema partidário, agora sob um leque político-partidário mais amplo e plural. Um dos blocos foi liderado pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), cuja base social e política preponderava em Porto Alegre, parte da campanha e missões. Era formado por novos atores, oriundos do processo de urbanização e industrialização, e remanescentes das forças políticas e econômicas tradicionais¹⁹. O outro bloco, liderado pelo PSD (Partido Social Democrático), cuja base social e política predominava na região norte do Estado, especialmente noroeste e serrana. Era uma espécie de prolongamento do PRL, oriundo das interventorias e dos setores emergentes e modernos da economia²⁰. De acordo com Cánepa (2005), as clivagens do pós-30, de um lado, decorreram das dissensões ocorridas no interior das forças revolucionárias, que obedeciam a clivagem anterior a formação da Frente Única e, de outro, a rupturas próprias do pós-30, envolvendo divisões no seio dos antigos integrantes do PRR.

A polarização política ressurgida em 1945, para Baquero e Prá (2007), ocorreu entre PTB e o grupo antipetebista, cujo refinamento ocorreu em contextos marcados por relativa estabilidade nas preferências eleitorais. Segundo Trindade e Noll (2004), os partidos organizavam-se mais em função de clivagens ligadas ao padrão político eleitoral anterior do que definidas pelas lideranças emergentes no pós-45. Todavia incorporou novos atores urbanos e setores emergentes da economia

¹⁹ A base do PTB era originária nos setores urbanos e industriais que os partidos tradicionais eram incapazes de incorporar. Eram novos atores políticos, sociais e econômicos oriundos do processo de urbanização e industrialização e setores tradicionais decadentes da economia da campanha.

²⁰ A base do PSD era originária na região norte e nos setores dinâmicos da economia do Estado, cujos quadros vinham do PRL, oriundos da burocracia estatal e dos novos atores sociais e econômicos que apoiaram Vargas em 1930 e em 1932. Eram setores emergentes em processo de expansão e consolidação na economia gaúcha.

no processo político²¹. O fator conjuntural que dialogou com a polarização política gaúcha durante o processo de abertura foi Getúlio Vargas – por ter influído na fundação do PSD e PTB e na organização dos partidos da oposição – atuando como fator de atração e repulsão política. A partir daí, o conteúdo político-programático dos partidos estava centrado no ser a favor ou contra o modelo de Vargas. Era a polarização política gaúcha em processo de reestruturação e realinhamento em direção a uma nova consolidação.

Na eleição de 1945 para presidente e senador²² o fator conjuntural que dialogou com a polarização política foi Getúlio Vargas. Este influenciou a eleição em favor de Eurico Gaspar Dutra, e elegeu-se para o senado e câmara federal. O resultado da eleição (tabela 3), aponta para uma polarização fracionada em termos da divisão voto rural versus voto urbano. Para presidente, o PSD obteve seu maior índice de adesão eleitoral no interior e a aliança UDN/PL e PCB na capital. Para senador, PSD e a aliança UDN/PL obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral no interior e o PCB na capital. Era o eleitorado da capital reagindo contra o predomínio do PSD e da aliança UDN/PL no Estado.

Tabela 3. Eleições para Presidente da República e Senador realizadas no RGS em 02/12/1945

CANDIDATO	ANO	PARTIDOS	CARGO	% VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Eurico G. Dutra	1945	PSD	Presidente	72.43	49.12
Eduardo Gomes	1945	UDN-PL	Presidente	17.89	20.25
Yeddo Fiúza	1945	PCB	Presidente	8.13	30.30
Getúlio Vargas	1945	PSD	Senador	38.53	31.61
Joaquim Osório	1945	UDN/PL	Senador	7.99	7.98
Luis C. Prestes	1945	PCB	Senador	3.09	10.65

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, na eleição de 1945, a polarização foi prejudicada pela força política de Getúlio Vargas, especialmente no interior, favorecendo o PCB na capital.

Em 1947, o bloco liberal-conservador cindiu-se e a aliança PL/UDN e PSD/PCB/PRP, apresentou candidato a governador e senador, entretanto a disputa foi polarizada entre esta e o PTB,

²¹ Entre os novos agentes políticos surgidos nesse período estão: PTB, José Diogo Brochado da Rocha, Fernando Ferrari, Egídio Michaelsen, João Goulart e Leonel Brizola. Pelo PSD, Tarso Dutra, Nestor Jost e Francisco Brochado da Rocha. Pelo PL Edgard Schneider, Carlos de Brito Velho e Mem de Sá. Pela UDN Daniel Krieger. Pelo PRP Wolfram Metzler. E pelo PCB Dionélio Machado.

²² Nesta eleição foram eleitos 2 senadores (Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles), e cada eleitor sufragava 2 nomes, cujos percentuais foram relativamente os mesmos para cada candidato, tanto no interior como na capital.

tanto para senador como para governador. A cisão voto rural versus voto urbano foi bem nítida entre a aliança PSD/PRP/PCB, que obteve seus maiores índices de adesão eleitoral no interior e o PTB, na capital.

Tabela 4. Eleições para Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 19/01/1947

CANDIDATO	ANO	PARTIDO	CARGO	% VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Walter Jobim	1947	PSD/PRP/PCB	Governador	41.23	30.16
Alberto Pasqualini	1947	PTB	Governador	37.64	52.85
Décio Martins Costa	1947	UDN/PL	Governador	18.91	16.98
Salgado Filho	1947	PTB	Senador	35.21	50.83
Oswaldo Vergara	1947	PSD	Senador	27.95	12.83
João Carlos Machado	1947	UDN/PL	Senador	15.36	15.20
Alvaro Moreira	1947	PCB	Senador	2.92	15.53

Fonte: www1.nupergrs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Era a polarização política e o padrão político-partidário-eleitoral gaúcho em processo de reestruturação e realinhamento em direção a consolidação sobre blocos de partidos²³.

Na eleição de 1950²⁴, o fenômeno conjuntural ou eleitoral Vargas influenciou a polarização política no Rio Grande (tabela 5). Concorrendo pelo PSD em 1945 Vargas levou este partido a sua mais expressiva vitória; concorrendo pelo PTB em 1950 lhe aplicou a mais expressiva derrota no Estado. Mas desta vez não suprimiu a polarização política. Apoiado pelo bloco progressista o PTB venceu para todos os cargos no Estado, obtendo seu maior índice de adesão eleitoral na capital e o PSD e a aliança UDN/PL, no interior.

Tabela 5. Eleições para Presidente e Vice-presidente da República, Governador do Estado e Senador, realizadas no RGS em 03/10/1950

CANDIDATO	ANO	PARTIDOS	CARGO	% VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Getúlio Vargas	1950	PTB/PSDA/PSP	Presidente	48.21	68.55
Cristiano Machado	1950	PSD (PCB)	Presidente	28.86	12.11
Eduardo Gomes	1950	UDN/PL/PRP	Presidente	20.51	15.90

²³ A partir da abertura política de 1945, surgiram no Rio Grande os seguintes partidos, que para efeito do estudo da polarização política serão agrupamos em dois blocos: o bloco trabalhista-populista, composto pelo PTB, PCB, PSB e PSP; e pelo bloco liberal-conservador, composto pelo PSD, UDN, PL e PRP.

²⁴ Nesta eleição estiveram em disputa no Rio Grande os cargos de Presidente da República, Vice-Presidente, Senador e Suplência, Câmara dos Deputados, governador do Estado e Deputados Estaduais.

Café Filho	1950	PTB/PSDA/PSP	Vice-Presidente	30.71	55.20
Altino Arantes	1950	PSD (PCB)	Vice-Presidente	28.98	11.74
Odilon Braga	1950	UDN/PL/PRP	Vice-Presidente	22.03	18.64
Ernesto Dornelles	1950	PTB/PSDA/PSP	Governador	45.85	63.95
Cylon Rosa	1950	PSD/UDN/PRP	Governador	39.47	20.87
Edgar Schneider	1950	PL	Governador	11.23	10.25
Alberto Pasqualini	1950	PTB	Senador	47.78	69.90
Plínio Salgado	1950	PRP/PSD/UDN	Senador	34.02	11.92
Décio Martins Costa	1950	PL	Senador	12.31	12.14

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, a candidatura de Vargas e a conjuntura nacional influenciaram a eleição de 1950, sem suprimir a polarização política, que estava estruturada na cisão voto rural versus voto urbano e na formação de blocos de partidos, ideologicamente alinhados, mas distintos. As alianças foram formadas de acordo com a cisão entre as forças políticas do pós 1930 e a formação social, econômica e partidária do pós 1945.

Em 1954, paradoxalmente, o suicídio de Vargas e a desunião do bloco trabalhista-populista, combinado com o discurso apolítico, realizador e conciliador de Ildo Meneghetti, favoreceu o bloco liberal-conservador (tabela 6). Com isso, este venceu para todos os cargos no Rio Grande, obtendo seus maiores índices de adesão eleitoral no interior e o PTB, em Porto Alegre.

Tabela 6. Eleições para Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 03/10/1954

CANDIDATO	ANO	PARTIDOS	CARGO	%VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Alberto Pasqualini	1954	PTB	Governador	42.51	52.70
Ildo Meneghetti	1954	PSD/UDN/PL	Governador	46.17	42.60
Wolfram Metzler	1954	PRP	Governador	8.48	2.80
João Goulart	1954	PTB	Senador	20.66	28.10
Ruy Ramos	1954	PTB	Senador	17.85	26.80
Armando Câmara	1954	PSD/PL/UDN	Senador	24.01	21.70
Daniel Krieger	1954	PSD/PL/UDN	Senador	22.85	21.00

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

O resultado da eleição refletiu a polarização no Rio Grande. Para governador PTB e PSD obtiveram juntos 88.68% dos votos; e para senador, cerca de 86%. Estava consolidada novamente a polarização política gaúcha estruturada na cisão voto rural versus voto urbano e entre blocos de partidos.

Na eleição de 1955, para presidente²⁵, o fator conjuntural que a influenciou foi o fato dos principais candidatos ser estranhos a luta política no Estado e a aliança PSD/PTB, os principais adversários no Rio Grande. Isso tornou a disputa, em termos de polarização confusa para os eleitores do PTB, beneficiando a candidatura do PSP, que obteve expressiva votação na capital (tabela 7). Isso fez com que PSD/PTB e UDN/PDC obtivessem seus maiores índices de adesão eleitoral no interior e o PSP em Porto Alegre. Para vice-presidente, o cenário foi outro. Os eleitores do PTB da capital tinham candidato para votar, ao passo que os do PSD não tinham. O resultado foi uma nítida polarização política, em que o PTB obteve seus maiores índices de adesão eleitoral na capital e a aliança UDN/PDC no interior.

Tabela 7. Eleições para Presidente e Vice-presidente da República realizadas no RGS em 03/10/1955

CANDIDATO	ANO	PARTIDOS	CARGO	%VOTOS/RS	%VOTOS/POA
J. Kubitscheck	1955	PSD/PTB	Presidente	36.48	37.41
Juarez Távora	1955	UDN/PDC	Presidente	33.49	20.28
Adhemar de Barros	1955	PSP	Presidente	19.39	37.16
João Goulart	1955	PTB	Vice-presidente	46.87	60.46
Milton Campos	1955	UDN/PDC	Vice-presidente	42.29	29.90

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, para presidente grande parte dos eleitores do PTB da capital recusou a aliança PSD/PTB e aderiu ao PSP. Para vice-presidente o fenômeno foi inverso. Os eleitores do PTB tinham candidato para votar e os eleitores do PSD não, aderindo a aliança UDN/PDC. Logo, a polarização política ocorreu nitidamente para vice-presidente, sendo que PTB e UDN, juntos obtiveram 89.16% dos votos, diferentemente da disputa para presidência, em que os dois principais candidatos juntos obtiveram 69.96%.

Em 1958 a polarização política ocorreu entre blocos partidários, tanto em termos de forma como de conteúdo. Na forma, pois os partidos já na formação das chapas reuniram os partidos politicamente alinhados em torno das candidaturas. As alianças eram (PTB/PRP/PSP) e (PSD/UDN/PL), tanto para governador como para senador. E em conteúdo, pois a disputa ocorreu entre os dois blocos que monopolizaram os votos dos gaúchos, cujas substâncias remontavam as

²⁵ Os candidatos à presidente foram: Juscelino Kubitscheck (PSD), Juarez Távora (UDN), Adhemar de Barros (PSP) e Plínio Salgado (PRP); e vice João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Danton Coelho (PSP) concorrendo à vice-presidente.

diferenças geográficas, econômicas, sociais e ideológicas das facções. Para governador o bloco PTB e o anti-PTB obtiveram juntos 96.38% e para senador 90.79% dos votos.

Tabela 8. Eleições para Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 03/10/1958.

CANDIDATOS	ANO	PARTIDOS	CARGOS	% VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Leonel Brizola	1958	PTB/PRP/PSP	Governador	55.18	65.55
Peracchi Barcellos	1958	PSD/PL/UDN	Governador	41.26	31.25
Guido Mondin	1958	PTB/PRP/PSP	Senador	50.85	59.10
Carlos de Brito Velho	1958	PSD/PL/UDN	Senador	40.71	31.75

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Assim, a eleição de 1958 no Rio Grande foi totalmente polarizada. O bloco liderado pelo PTB venceu para todos os cargos, obtendo seus melhores índices de adesão eleitoral na capital e o antipetebista no interior.

Na eleição de 1960, para presidente, a exemplo da eleição de 1955 a conjuntura nacional é que deu forma e conteúdo ao processo eleitoral gaúcho. Nesta, a aliança PSD/PTB, representando o bloco trabalhista-populista, foi a grande vitoriosa; todavia, em 1960 a UDN, partido que liderou o bloco liberal-conservador, venceu pela primeira vez no Rio Grande e em Porto Alegre. Isso ocorreu em virtude dos eleitores do PTB da capital não aceitar a aliança PSD/PTB, e em grande número aderirem ao candidato do PSP; e os eleitores do PSD do interior, que também não aceitaram a aliança, em grande número, aderirem ao candidato da UDN. Com isso, UDN e a aliança PSD/PTB obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral no interior e o PSP na capital (tabela 9).

Para vice-presidente o cenário foi bem distinto do ocorrido em 1955, em que a aliança PSD/PTB venceu a UDN no Rio Grande. Em 1960, o dissidente petebista, Fernando Ferrari concorreu pelo MTR (Movimento Trabalhista Renovador), apresentando-se como renovação ao quadro partidário gaúcho, vencendo a eleição. Assim, a polarização ocorreu entre MTR e PTB sendo que o MTR venceu tanto no interior como na capital, obtendo seu maior índice de adesão eleitoral na capital, base eleitoral do PTB; este e a UDN obtiveram no interior.

Tabela 9. Eleições para Presidente e Vice-presidente da República realizadas em 03/10/1960

CANDIDATO	ANO	PARTIDOS	CARGO	%VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Jânio Quadros	1960	UDN/PDC	Presidente	42.84	38.00
Juarez Távora	1960	PSD/PTB	Presidente	34.15	28.00

Adhemar de Barros	1960	PSP	Presidente	17.02	28.45
Fernando Ferrari	1960	MTR	Vice-presidente	44.12	54.65
João Goulart	1960	PTB/PSD	Vice-presidente	37.42	33.20
Milton Campos	1960	UDN	Vice-presidente	11.36	6.05

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, a polarização política assumiu contornos peculiares na eleição de 1960, para presidente e vice-presidente da República no Rio Grande. Na eleição para presidente a aliança PSD/PTB favoreceu o candidato da UDN, que venceu a eleição no Estado e obteve seu maior índice de adesão eleitoral no interior, base eleitoral do PSD; e na eleição para vice-presidente favoreceu o candidato do MTR, que também venceu a eleição no Estado e obteve seu maior índice de adesão eleitoral na capital, base do PTB. Era a polarização política gaúcha dialogando com as conjunturas, dando sinais de esgotamento e em direção a nova reestruturação e realinhamento.

Na eleição de 1962 a aliança liberal-conservadora mesmo que tenha reduzido seu percentual de votos em relação a 1958 (de 41.20 para 37.10%), venceu a eleição no Estado. Isso ocorreu em virtude da dissidência²⁶ no bloco trabalhista-populista, que enfraqueceu o PTB em Porto Alegre, seu maior reduto eleitoral (Tabela 10). Assim, a ADP obteve seu maior índice de adesão eleitoral no interior; o PTB relativamente equilibrado no interior na capital; e o MTR na capital. Para senador, o resultado manteve-se como vinha ocorrendo historicamente no Rio Grande. ADP obteve seus maiores índices de adesão eleitoral no interior e o PTB em Porto Alegre. A dissidência no bloco populista foi o fator conjuntural que dialogou com a polarização política gaúcha nesta eleição, favorecendo eleitoralmente o bloco liberal-conservador e a renovação no bloco trabalhista-populista.

Tabela 10. Eleições para Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 07/09/1962

CANDIDATO	ANO	PARTIDOS	CARGO	%VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Ildo Meneghetti	1962	ADP	Governador	37.10	26.15
Egydio Michaelsem	1962	PTB	Governador	35.46	35.35
Fernando Ferrari	1962	MTR	Governador	21.45	32.10
Mem de Sá	1962	ADP	Senador	50.85	35.85
Antônio B. da Rocha	1962	PTB	Senador	40.71	43.40

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

²⁶ Fernando Ferrari após ser o deputado federal mais votado do Rio Grande em 1958 saiu do PTB e fundou o (MTR) movimento trabalhista renovador, concorrendo a vice-presidente em 1960, vencendo a eleição para este cargo no Estado, e concorrendo a governador em 1962, obtendo 21.45% dos votos.

Portanto, a cisão estrutural voto rural versus voto urbano e o candidato do MTR dialogaram com a polarização política gaúcha na eleição de 1962, indicando uma nova polarização política no Rio Grande, que caso não fosse abortada pelo golpe militar de 1964, ocorreria entre o bloco de partidos liderados pelo MTR, que obteria seu melhor desempenho eleitoral na capital e o bloco liderado pelo PSD, que obteria seu desempenho eleitoral no interior. Era a polarização política gaúcha em processo de esgotamento e em direção a uma nova reestruturação e realinhamento.

Entre 1966 e 1978 as eleições ocorridas no Rio Grande tiveram a marca do “artificialismo” que o regime militar impôs ao sistema político-partidário brasileiro. Eram regras casuísticas e autoritárias que atendiam aos interesses e aos caprichos do regime. Todavia no Rio Grande, a violência não foi tão grande, tendo em vista o formato do sistema partidário gaúcho. O MDB tornou-se herdeiro político do bloco trabalhista-populista e a ARENA do liberal-conservador. Na realidade, o formato imposto pelo regime militar conformou em dois partidos as facções políticas congregadas em vários ideologicamente alinhados entre 1945 e 1964.

Nas eleições para senador entre 1966 e 1978 (tabela 11) a ARENA, sob o artifício da sub-legenda, venceu a eleição no Rio Grande, mas perdeu em Porto Alegre; repetindo o feito em 1970; em 1974 o cenário alterou-se, o MDB venceu no Estado e em Porto Alegre; e em 1978, novamente sob o artifício da sub legenda, a ARENA elegeu um dos senadores gaúchos, obtendo seu maior índice de adesão eleitoral no interior. Todavia o MDB venceu no Rio Grande e na capital. Durante todo o período o MDB obteve seus maiores índices de adesão eleitoral na capital.

Tabela 11. Eleições para Senador realizadas no RGS em 15/11/ de 1966, 1970, 1974 e 1978

CANDIDATO	ANO	PARTIDO	CARGO	%VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Siegfried Heuser	1966	MDB	Senador	40.43	44.39
Guido Mondin	1966	ARENA	Senador	42.61	32.30
Tarso Dutra	1970	ARENA	Senador	22.88	34.96
Daniel Kriger	1970	ARENA	Senador	21.28	32.22
Paulo Brossard	1970	MDB	Senador	20.52	45.34
Brochado da Rocha	1970	MDB	Senador	19.92	43.61
Paulo Brossard	1974	MDB	Senador	53.62	63.00
Nestor Jost	1974	ARENA	Senador	34.80	24.03
Pedro Simom	1978	MDB	Senador	55.96	66.88
Mário Ramos	1978	ARENA	Senador	34.86	23.68

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, nas eleições de 1966, 1970, 1974 e 1978 dois fatores marcaram o processo eleitoral gaúcho: o artifício da sub-legenda e a cisão voto rural versus voto urbano. O artifício da sub-legenda possibilitou que a ARENA elegeisse três senadores no Estado no período, obtendo, como ocorria com o bloco liberal-conservador, entre 1945 e 1964, seus maiores índices de adesão eleitoral no interior; e o MDB, os demais senadores, obtendo, como ocorria com o bloco trabalhista-populista, na capital. A imposição do bi-partidarismo serviu como uma espécie de “luva” no sistema político-partidário rio-grandense, possibilitando que a nova configuração partidária, exceto a violência contra atores e facções, fosse rapidamente assimilada.

A formatação imposta pelo regime militar ao sistema político gaúcho ruiu na eleição de 1982. Os dois partidos que polarizaram politicamente o Rio Grande entre 1966 e 1978 cindiram-se, dando origem, já nesta eleição, a quatro partidos que disputaram o governo do Estado com candidaturas próprias. Do MDB surgiu o PMDB, que herdou o histórico de partido de oposição ao regime militar; o PDT que reivindicou-se herdeiro do trabalhismo de Vargas; e o PT, formado por militantes contra a ditadura, intelectuais e militantes dos novos movimentos sociais. Da ARENA, surgiu o PDS, e desse iria surgir mais tarde o PFL. Era a polarização política gaúcha em processo de reestruturação e realinhamento, em direção a uma nova formatação do sistema partidário, em conformidade com a complexidade e diversificação da sociedade rio-grandense no momento da abertura política.

Em 1982 o bloco liberal-conservador venceu a eleição no Rio Grande. Todavia isso ocorreu em virtude da cisão no bloco trabalhista-populista associado à lei eleitoral do período que vinculava o voto nas candidaturas majoritárias e proporcionais, o que veio a favorecer, no Estado, a candidatura daquele bloco. Assim, o PDS obteve no Estado 34.10% e em Porto Alegre 27% dos votos; o PMDB²⁷ obteve 33.50% no Estado e 31.1% dos votos na capital; o PDT obteve 20.42% no Estado e 31.7% dos votos na capital; e o PT obteve 1.32% no Estado e 3.9% dos votos na capital (tabela 12). Também para senador, PDS e PMDB, obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral no interior e PDT e PT na capital. Estes dados estavam indicando que a partir de então a disputa seria entre bloco de partidos, e que o bloco liberal-conservador seria liderado pelo PDS ou PMDB e o bloco trabalhista-populista pelo PDT ou PT. Era a cisão eleitoral voto rural versus voto urbano como base da polarização política gaúcha entre blocos de partidos.

²⁷ Nesse momento, o PMDB ainda não tinha se definido, assumindo uma posição de “centro”, podendo inclinar-se tanto para um como para outro bloco. Foi o eleitorado gaúcho que colocou o PMDB no bloco liberal-conservador.

Tabela 12. Eleições para Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 15/11/1982

CANDIDATO	ANO	PARTIDOS	CARGO	%VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Jair Soares	1982	PDS	Governador	34.10	27.0
Pedro Simon	1982	PMDB	Governador	33.50	31.1
Alceu Collares	1982	PDT	Governador	20.42	31.7
Olívio Dutra	1982	PT	Governador	1.32	3.9
Paulo Brossard	1982	PMDB	Senador	31.84	29.14
Carlos Chiarelli	1982	PDS	Senador	33.47	25.39
Getúlio Dias	1982	PDT	Senador	19.24	29.51
Raul Pont	1982	PT	Senador	1.24	3.63

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, na eleição de 1982, a polarização política gaúcha dialogou com a abertura política e a complexidade da sociedade gaúcha do momento, e com o fator estrutural voto rural versus voto urbano, este base do sistema político-partidário-eleitoral e da polarização política gaúcha observada durante toda a história política do Rio Grande.

Em 1986, os efeitos do plano de estabilização econômica (Plano Cruzado)²⁸ influenciaram no resultado da eleição no Estado, em favor do PMDB. Entretanto, mesmo que este partido tenha vencido para todos os cargos no Rio Grande, cinco partidos elegeram representantes à Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Os quatro que disputaram a eleição em 1982 mais uma nova dissidência, no bloco liberal-conservador: o PFL. O PDT, ao formar aliança com o PDS, assumiu a polarização pelo lado conservador, possibilitando que o PT e o PSB assumissem a condição, nesta eleição, de partidos líderes do bloco trabalhista-populista. O PMDB estava no bloco liberal-conservador, mas tendo em vista a influência do plano cruzado, esteve relativamente acima dos blocos de partidos.

Com isso, para governador (tabela 13), o PMDB e a aliança PDT/PDS obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral no interior; o PFL, relativamente equilibrado, com uma leve tendência para o interior; enquanto PT e PSB obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral na capital. Para senador, apenas o PT obteve o maior índice de adesão eleitoral em Porto Alegre, os demais no interior do Estado. Estes dados apontam para o surgimento de novos partidos com

²⁸ Diferentemente da grande maioria dos estados brasileiros, onde o PMDB venceu com mais de 50%, no Rio Grande obteve 41.68% dos votos. Este partido foi o único a beneficiar-se dos efeitos do Plano Cruzado no Estado.

perspectiva de assumir a liderança dos respectivos blocos, tendo em vista a aliança PDT/PDS e da dissidência no bloco liberal-conservador.

Tabela 13. Eleições para Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 15/11/1986

CANDIDATO	ANO	PARTIDOS	CARGO	%VOTOS/RS	%VOTOS/POA
Pedro Simon	1986	PMDB	Governador	41.68	37.6
Aldo Pinto	1986	PDT/PDS	Governador	23.65	19.0
Carlos Chiarelli	1986	PFL	Governador	10.87	10.2
Clóvis I. da Silva	1986	PT	Governador	5.33	12.6
Fúlvio Petracco	1986	PSB	Governador	5.28	10.3
José Fogaça	1986	PMDB	Senador	15.66	15.07
Paulo Bisol	1986	PMDB	Senador	12.32	14.07
Nelson Markezan	1986	PDS	Senador	12.10	11.58
Sereno Chaise	1986	PDT	Senador	8.64	7.28
Mario Ramos	1986	PFL	Senador	3.99	3.72
Flávio Koutzil	1986	PT	Senador	2.55	5.39

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Assim, a polarização política gaúcha, na eleição de 1986, foi prejudicada pelos efeitos do Plano Cruzado – que favoreceu o PMDB; e pela aliança PDT/PDS – que fundiu partidos de blocos ideológicos distintos e historicamente desalinhados, desestruturando a formação dos blocos político-partidários gaúchos. Eram os fatores estruturais e conjunturais dialogando com o padrão de polarização política gaúcha, em processo de reestruturação e realinhamento.

Em 1989 a eleição foi influenciada pelo fato de ser um pleito relacionado à conjuntura nacional e pela participação de Leonel Brizola (PDT) como candidato do Estado (tabela 14). Brizola, apesar de não ter disputado o segundo turno, obteve mais de sessenta por cento dos votos no Rio Grande, obtendo seu maior índice de adesão eleitoral na capital. Lula PT, do mesmo bloco, obteve seus índices de adesão eleitoral relativamente equilibrado, com uma leve tendência para o interior. Os principais candidatos do bloco liberal-conservador (PRN e PDS) obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral no interior. No segundo turno, o PT obteve seu maior índice de adesão eleitoral na capital e o PRN no interior.

Tabela 14. Eleição para Presidente da República realizada no RGS em 15/11 e 17/12/1989

CANDIDATO	ANO	PARTIDO	CARGO	%RS 1	%POA 1	%RS 2	%POA 2
-----------	-----	---------	-------	-------	--------	-------	--------

Brizola	1989	PDT	Presidente	60.84	68.09		
Lula	1989	PT	Presidente	6.53	6.39	64.58	70.11
Collor	1989	PRN	Presidente	8.97	4.89	29.40	21.28
Maluf	1989	PDS	Presidente	5.77	3.42		

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, a eleição de 1989 refletiu a conjuntura nacional e a participação de Brizola, como candidato do Estado. Todavia, não descaracterizou a polarização política entre blocos de partidos, cindida pelo fator estrutural voto rural versus voto urbano.

A eleição para governador de 1990 teve a peculiaridade de ser a primeira com dois turnos para esse cargo no Brasil. E isso colaborou para a reestruturação, realinhamento e consolidação do padrão político-partidário-eleitoral rio-grandense e da polarização política. Os fatores conjunturais que a influenciaram foram o descrédito com o PMDB, em face do insucesso do Plano Cruzado, e as medidas econômicas ortodoxas implantadas pelo governo Collor no ano anterior. Em virtude disso, o PMDB obteve pouco mais de 30% dos votos obtidos em 1986; PDS e PFL, em virtude do apoio ao governo Collor, limitaram suas possibilidade de vitória. PT e PSB, sem estrutura no interior, não tinham perspectiva de êxito. O resultado foi uma polarização com baixos índices de adesão eleitoral, sendo vitorioso o PDT, que liderou o bloco trabalhista-populista, e que não havia aderido ao Plano Cruzado nem ao governo Collor.

Para governador, a aliança PDS/PFL liderou o bloco liberal-conservador e juntamente com o PMDB obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral no interior. O PDT reassumiu a liderança do bloco trabalhista-populista e juntamente com o PT obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral na capital. Para senador, PMDB, PDT e PT obtiveram maior adesão eleitoral em Porto Alegre, e a aliança PDS/PFL no interior.

Tabela 15. Eleições para Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 03/10 e 25/11/1990

CANDIDATO	ANO	PARTIDO	CARGO	% RS 1	%PA 1	%RS 2	% PA 2
Alceu Collares	1990	PDT	Governador	28.02	41.9	45.66	50.6
Nélson Marchezan	1990	PDS/PFL	Governador	25.84	20.2	28.99	23.1
José Fogaça	1990	PMDB	Governador	15.96	11.9		
Tarso Genro	1990	PT	Governador	7.9	10.6		
Pedro Simon	1990	PMDB	Senador	30.17	33.68		
Sanchotene Felice	1990	PDS	Senador	17.58	13.64		

Matheus Schmitd	1990	PDT	Senador	14.78	21.57		
Delmar Steffen	1990	PT	Senador	4.82	6.48		

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, a eleição de 1990, por ter sido disputada em dois turnos, fortaleceu a polarização política gaúcha, sendo que cada bloco de partidos, historicamente alinhados, classificou um candidato para o segundo turno. O PDT obteve seu maior índice de adesão eleitoral na capital e a aliança PDS/PFL no interior.

A eleição de 1994 foi a primeira após a de 1950 em que todos os cargos de nível federal e estadual estavam em disputa. Isso fortaleceu a polarizada em termos de blocos partidários no Rio Grande. Em nível nacional o bloco liberal-conservador é liderado pelo PSDB, no Rio Grande, pelo PMDB; e o bloco trabalhista-populista é liderado tanto em nível nacional como estadual pelo PT. Com isso, PMDB e PT obtiveram juntos, no primeiro turno, cerca de 84% dos votos dos gaúchos (tabela 16).

Para presidente, Lula foi o único candidato a obter o maior índice de adesão eleitoral em Porto Alegre; PSDB, PDT e PPR obtiveram no interior. Para governador, o PT obteve, tanto no primeiro como no segundo turno, seu maior índice de adesão eleitoral na capital, e o PMDB no interior. Para senador, tendo em vista que os principais candidatos tinham base eleitoral na capital e a possibilidade do eleitor sufragar duas candidaturas, todos os candidatos obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral na capital. O destaque foi o candidato do PT que obteve 1/3 dos votos de Porto Alegre e apenas doze por cento no interior.

Tabela 16. Eleições para Presidente da República, Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 03/10 e 15/11 de 1994.

CANDIDATO	ANO	PARTIDO	CARGO	% RS 1	%PA 1	%RS 2	% PA 2
Fernando Henrique	1994	PSDB	Presidente	29.57	27.84		
Lula	1994	PT	Presidente	33.48	38.80		
Brizola	1994	PDT	Presidente	15.10	14.22		
Espiridião Amim	1994	PPR	Presidente	8.19	4.36		
Antônio Britto	1994	PMDB/PSDB	Governador	49.20	30.8	52.20	33.95
Olívio Dutra	1994	PT/PSB	Governador	34.73	50.7	47.80	62.65
José Fogaça	1994	PMDB	Senador	22.08	25.50		
Emília Fernandes	1994	PTB	Senador	15.81	22.12		
Cezar Schirmer	1994	PMDB	Senador	15.57	17.60		

Aldo Pinto	1994	PDT	Senador	8.85	11.46		
Raul Pont	1994	PT	Senador	12.48	32.42		
Guilherme Villela	1994	PPR	Senador	6.60	13.78		

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, a eleição de 1994, teve um papel importante na consolidação do partido que iria liderar o seu respectivo bloco partidário. O PMDB, ao obter seu maior índice de adesão eleitoral no interior, consolidou-se como o partido líder do bloco liberal-conservador; e o PT, ao obter na capital, tornou-se o partido líder do bloco trabalhista-populista. Era a polarização política gaúcha consolidada sobre blocos de partidos no Rio Grande.

A eleição de 1998 repetiu a polarização da eleição de 1994 em termos de bloco partidário estadual e nacional. A aliança nacional PSDB/PFL era liderada no Rio Grande pelo PMDB. O PT era o partido líder do bloco tanto em nível nacional como estadual. O resultado foi uma intensa polarização para presidente, no primeiro turno, e para governador, tanto no primeiro como no segundo turno no Estado. Os dados eleitorais de 1998 não se alteraram significativamente em relação aos de 1994. Para presidente, governador e senador a aliança PT/PSB obteve seu maior índice de adesão eleitoral na capital e a aliança PSDB/PMDB no interior. Era a polarização política gaúcha consolidada sobre blocos de partidos no Rio Grande.

Tabela 17. Eleições para Presidente da República, Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 03/10 e 15/11 de 1998

CANDIDATO	ANO	PARTIDO	CARGO	% RS 1	%PA 1	%RS 2	% PA 2
Lula	1998	PT	Presidente	42.26	50.40		
Fernando Henrique	1998	PSDB	Presidente	34.98	33.33		
Olívio Dutra	1998	PT/PSB/PCdoB	Governador	39.42	53.62	49.49	60.19
Antônio Britto	1998	PMDB/PSDB/PPB	Governador	39.83	33.47	47.97	37.69
Pedro Simon	1998	PMDB	Senador	42.68	36.08		
Paulo Bisol	1998	PSB/PT	Senador	23.93	32.23		
Pedro Ruas	1998	PDT	Senador	9.04	12.24		

Fonte: www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

Portanto, a eleição de 1998, no Rio Grande, tanto em nível nacional como estadual sofreu a influência da polarização política. Os blocos de partidos ideologicamente alinhados obtiveram seus índices de adesão eleitoral relativamente aproximado tanto no interior como na capital. Na realidade, houve uma relação dialógica e complementar entre os sistemas partidários.

Em 2002 a estratégia da cúpula nacional do bloco liberal-conservador de reproduzir a aliança no Estado não teve êxito. A derrota unida de 1998 fez com que os principais partidos desse bloco apresentassem candidatos ao governo do Estado, senado e proporcionais. Todavia, já no primeiro turno PMDB e PT, líderes dos seus respectivos blocos, obtiveram juntos cerca de 73% dos votos dos gaúchos. Era o eleitorado do Rio Grande mantendo a polarização por blocos de partidos, sob a liderança de um partido.

Em termos de resultado não houve alteração significativa em relação a 1998. Para presidente o PT venceu no primeiro e no segundo turno no Estado, obtendo, juntamente com o PPS, seus maiores índices de adesão eleitoral na capital; o PSDB obteve seus índices relativamente equilibrados no interior e na capital; e o PSB no interior. Para governador novamente o PMDB venceu no interior e o PT na capital, mas desta vez por pequena margem de votos. Para senador, tendo em vista a possibilidade que os eleitores tinham de sufragar dois candidatos e o fato dos principais candidatos ter densidade eleitoral em Porto Alegre, estes obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral na capital.

Tabela 18. Eleições para Presidente da República, Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 12/10 e 27/10 de 2002

CANDIDATO	ANO	PARTIDO	CARGO	% RS 1	%PA 1	%RS 2	% PA 2
Lula	2002	PT	Presidente	41.70	43.66	52.52	53.71
José Serra	2002	PSDB	Presidente	29.91	29.91	41.54	41.81
Anthony Garotinho	2002	PSB	Presidente	11.10	9.54		
Ciro Gomes	2002	PPS	Presidente	9.20	11.20		
Germano Rigotto	2002	PMDB/PSDB	Governador	37.94	37.59	50.15	48.19
Tarso Genro	2002	PT/PCdoB	Governador	34.33	39.98	45.07	48.57
Sérgio Zambiasi	2002	PTB	Senador	45.37	47.22		
Paulo Paim	2002	PT	Senador	32.87	41.96		
Emília Fernandes	2002	PT	Senadora	31.55	32.44		
José Fogaça	2002	PPS	Senador	28.34	31.56		

Fonte: www.tre-rs.jus.br

O diferencial nessa eleição foi a redução da adesão eleitoral ao candidato a governador do PT na capital, possibilitando que o bloco liberal-conservador rompesse a barreira de 37% dos votos que há muito tempo não obtinham em Porto Alegre. Estes dados, mais os de senador, especialmente da capital, indicavam que a polarização política gaúcha estava em processo de esgotamento,

entrando em processo de reestruturação e realinhamento em busca de novos partidos para liderar os seus respectivos blocos partidários.

Em 2006, em nível nacional, houve cisão no bloco trabalhista-populista e no liberal-conservador. Daquele surgiu o PSOL, e deste, o PFL não aderiu a candidatura do PSDB. Para governador, a exemplo de 2002, vários partidos apresentaram candidatos ao governo do Estado no Rio Grande, sendo que os principais eram do PMDB, PT e PSDB. Estes juntos obtiveram no primeiro turno 81.08% dos votos (tabela 19). O fato conjuntural a ressaltar nessa eleição é a cisão no bloco liberal-conservador, que apresentaram dois candidatos e a redução da adesão eleitoral do PT na capital, mesmo que este partido tenha vencido a eleição nos dois turnos em Porto Alegre.

Para presidente, os dados indicam que a polarização continuou entre o PT e o PSDB, mas desta vez aquele obteve seus maiores índices de adesão eleitoral no interior; e este, no primeiro turno no interior e no segundo relativamente equilibrado, mas com uma pequena tendência para capital; PSOL e PDT obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral na capital. Para governador, no primeiro turno, nenhum dos três principais candidatos obteve mais de 30% dos votos, sendo que o PT venceu na capital e o PSDB no interior, mas por pequena margem, isso ocorrendo novamente no segundo turno. Para senador, PMDB, PP e PPS, do bloco liberal-conservador, obtiveram seus maiores índices de adesão eleitoral no interior; e o PT, do bloco trabalhista-populista, na capital.

Tabela 19. Eleições para Presidente da República, Governador do Estado e Senador realizadas no RGS em 01/10 e 29/10 de 2006

CANDIDATO	ANO	PARTIDO	CARGO	% RS 1	%PA 1	%RS 2	% PA 2
Lula	2006	PT	Presidente	33.07	29.63	44.64	44.21
Geraldo Alckmin	2006	PSDB	Presidente	55.75	50.46	55.35	55.78
Cristovam Buarque	2006	PDT	Presidente	3.80	5.66		
Heloísa Helena	2006	PSOL	Presidente	7.08	13.87		
Yeda Crusius	2006	PSDB/PFL	Governador	30.52	25.57	53.94	49.74
Olívio Dutra	2006	PT/PCdoB	Governador	25.40	31.62	46.06	50.26
Germano Rigotto	2006	PMDB/PTB	Governador	25.16	28.45		
Pedro Simon	2006	PMDB	Senador	27.90	26.06		
Miguel Rosseto	2006	PT	Senador	23.21	25.18		
Mônica Leal	2006	PP	Senadora	12.80	9.85		
Mário Bernd	2006	PPS/PSDB/PFL	Senador	12.14	11.52		

Fonte: www.tre-rs.jus.br

Portanto, na eleição de 2006, o fato novo é o PT, para presidente, perder em Porto Alegre. Para governador, a cisão no bloco liberal-conservador e a redução da adesão eleitoral no PT na capital. Para senador, o PT manteve seus maiores índices de adesão eleitoral na capital e PMDB, PP e PPS no interior. Eram os dados eleitorais, resultando das estruturas e conjunturas, indicando que a polarização política gaúcha estava novamente em processo de esgotamento, em direção a uma nova reestruturação e realinhamento e em busca de novos partidos para liderar seus respectivos blocos.

Por fim, conforme analisado acima, existe no Rio Grande do Sul um padrão de polarização política de base partidária, semelhante ao existente na Argentina e no Uruguai, o denominado padrão político platino. O referido está estruturado sobre dois fatores: um estrutural (permanente) um conjuntural (que se altera de período em período). É um processo, ao mesmo tempo, linear e circular. Ambos fatores “dialogam”, através de um permanente processo de reestruturação e realinhamento, resultando, simultaneamente, em estabilização e mudanças. Estes são os fatores que estruturam a polarização política ao longo da história do Rio Grande.

Historicamente a polarização política gaúcha teve início no período imperial nas disputas entre as facções liberais e caramurus ou conservadores. Os liberais eram formados por estancieiros e charqueadores, oriundos da região da fronteira sul e sudoeste; e os caramurus, em grande parte por burocratas da região litorânea da Província. Aqueles defendiam descentralização e estes a centralização política imperial. Durante a Primeira República a polarização desenvolveu-se entre republicanos, oriundos da região norte e federalistas da região da campanha do Estado. Aqueles defendiam o presidencialismo ditatorial e estes o parlamentarismo.

Entre 1930 e 1945, a polarização ocorreu entre o PRL versus PL/PRR. O PL tinha como base social os setores tradicionais da economia do sul; e o PRL os setores mais dinâmicos da economia do norte do Estado. Entre 1946 e 1964, a polarização ocorreu entre o PTB e o PSD. Este era uma espécie de prolongamento do PRL; e o PTB tinha como base social o operariado dos principais centros urbanos e parte dos setores tradicionais da economia do sul do Estado. Entre 1966 e 1978 a polarização política gaúcha ocorreu entre MDB e ARENA e foi formatada pelas leis autoritárias imposta pelo regime militar. Aquele era uma espécie de prolongamento do PTB e a ARENA do PSD/UDN/PL. Todavia, tendo em vista a formatação em blocos de partidos ideologicamente alinhados, a formatação imposta pelo regime militar, conformou em dois partidos aquilo que era formado por blocos de partidos no período anterior.

A partir de 1982, a polarização política retornou, em termos de forma, ao patamar anterior ao regime militar. Passou a ser entre blocos de partidos, em que cada bloco passou a ter um partido que liderou seu respectivo bloco. Assim, tendo em vista a lógica do processo de polarização, em que ocorrem ao mesmo tempo estabilidade e transformação, nem sempre o mesmo partido liderou o seu respectivo bloco, mas para governador, sempre o partido líder do bloco liberal-conservador venceu no interior e o líder do bloco trabalhista-populista na capital. A maior parte deste período foi liderada pelo PMDB e PT. Este com base social mais urbana e aquele rural.

BIBLIOGRAFIA

AS ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: edições síntese, editora síntese.

BAQUERO, Marcello e **PRÁ**, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e Representação Política – a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889): Crônicas Históricas*. Porto Alegre: CORAG, 2004.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org). *O Sistema Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Revolução Farroupilha – a revisão dos mitos gaúchos*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1992.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1975.

NOLL, Maria Izabel e **TRINDADE**, Hélió. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823-2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NOLL, Maria Izabel e **TRINDADE**, Hélió. *Subsídios para a História do Parlamento Gaúcho (1890-1937) – Os 170 anos do Parlamento Gaúcho*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

PEREIRA, Ledir de Paula. *O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923*. Porto Alegre: dissertação de mestrado, gráfica da UFRGS, 2006.

PICCOLO, Helga Iracema Langraf. A Política Riograndense no Segundo Império (1868-1882). Porto Alegre: UFRGS, 1974.

PINTO, Céli Regina Jardim. Positivismo um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: editora L&PM, 1986.

SITES: [http:// www.tre-rs.jus.br](http://www.tre-rs.jus.br), www.tse.gov.br e www1.nupergs.ifch.ufrgs.br/eleicoes

TAVARES, José Antônio Giusti. Rio Grande do Sul: O sistema partidário eleitoral e parlamentar. In: **LIMA JUNIOR**, Olavo Brasil de. O sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TRINDADE, Hégio. RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TRINDADE, Hégio e **NOLL**, Maria Izabel. Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994. Porto Alegre: ed. Da Universidade, Assembléia Legislativa do RGS, 1995.